



O Silêncio da Memória: Vida do entorno da Vila Samaritana em São José dos Campos/SP

Gabriel Guido¹, Geraldo Edson Duarte², Felipe Augusto Zacarias³, Prof.^a Dr.^a Valéria Zanetti

UNIVAP/FEA, Av. Shishima Hifumi, 2911- Urbanova – São José dos Campos, SP.

gabrielguido.13@gmail.com; geneno08@gmail.com; flrjp@hotmail.com; vzanetti@univap.br

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em recolher memórias da fase senatorial de São José dos Campos, período que compreende a década de 1920 a 1960 em que o município se tornou grande centro de referência do tratamento da tuberculose no Brasil. Utilizou-se como ferramenta a história oral por meio da coleta de memórias da neta do proprietário da primeira pensão que alojou tuberculosos nas mediações dos sanatórios, a fim de atender a grande demanda de pacientes em busca de tratamento. Visa-se recuperar aspectos cotidianos da vida do entorno do sanatório Vila Samaritana (1929), localizado na Rua Paraibuna, zona central da cidade, área que alojava os estabelecimentos especializados no tratamento da tuberculose, procurando privilegiar as memórias periféricas, ou seja, particularmente, aquelas que nos permitem perceber as relações e dinâmicas entrelaçadas ao espaço sanatorial como eixo de referência.

Palavras-chave: Memória do Entorno, Fase Sanatorial, preservação, patrimônio, Industrialização, História Oral.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas.

Introdução:

A tuberculose, doença contagiosa foi, no século XIX, uma das principais causadoras de óbitos. Apesar dos esforços, a comunidade científica não encontrava nenhuma solução para barrar a propagação da doença. Para tratá-la, surge, na Alemanha, o movimento sanatorial, que se tornou referência no combate da propagação da temível doença causada pelo bacilo de Koch. Propunha-se o isolamento do paciente por um longo tempo de internação e em região com baixas temperaturas (Zanetti, 2010).

Doença antiga, a tuberculose, foi alvo de preocupação de estudiosos da época de Hipócrates e da Roma Imperial. Estes sugeriam o tratamento em locais com ar puro, poluição baixa, clima frio e seco (Idem, 2010).

No entanto, o tratamento só foi fundamentado em 1859 por Brehmen, cujos conceitos diziam que o tratamento tinha como condição a fixação do doente em locais de altitude elevada, pois se acreditava que o bacilo não resistiria ao clima e ao oxigênio. Deitweiller, por sua vez, acreditava que o tratamento deveria dar preferência ao repouso ao ar livre (Idem, 2010).

Com o passar dos anos, esse conceito, relacionado às condições climáticas foi deixado de lado; assim, muitos sanatórios foram construídos em regiões, independentemente do clima.

No Brasil, os índices de morte por tuberculose eram altos. Visando estancar a propagação do vírus e proteger as grandes metrópoles da ameaça da contaminação, foram criadas as estâncias climáticas e hidrominerais em regiões periféricas, localizadas próximas às cidades metropolitanas. No estado de São Paulo, Campos do Jordão se tornou estância em 1920 e São José dos Campos em 1935, recebendo uma verba do Estado, destinada à manutenção dos espaços de tratamento da tuberculose.

Em São José dos Campos, sanatórios, pensões, repúblicas, hotéis e preventórios foram criados para atender a demanda por tratamento. Dentre os sanatórios, aqui destacado para estudo, está o da Vila Samaritana, inaugurado em 1934 pela Associação Evangélica Beneficente, primeira instituição evangélica do país a prestar assistência a tuberculosos pobres sem recursos, cuja proposta incluía também a convivência do doente com seus familiares.

A Vila Samaritana, espaço de referência da tuberculose e de um momento importante da cidade de São José dos Campos, no entanto, propõe-se discutir a vida da cidade não a partir do sanatório, mas tendo-o como referência para estabelecer relações com as memórias de vidas e relações sociais estabelecidas no seu entorno, como propõe a carta de Xian: "Reconhecer a contribuição do entorno para o significado dos monumentos, sítios e áreas de Patrimônio cultural": De acordo com a carta,

1. O entorno de uma edificação, um sítio ou uma área de patrimônio cultural se define como o meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de. – "ou contribui para – seu significado e caráter peculiar" (1º Artigo - Declaração de Xi'an, 2005).

Metodologia:

A pesquisa se insere no âmbito da História Social, com ênfase na memória e no patrimônio, utilizando o recurso da História Oral e de imagens. O estudo foi feito a partir da análise qualitativa visando à compreensão de redes familiares de serviços terceiros que atendiam às demandas do Sanatório Vila Samaritana. Utilizou-se como fonte primária o depoimento de Maria Aparecida Caruso Campos Mota (63 anos), moradora das imediações da Vila Samaritana no final da fase sanatorial de São José dos Campos, e as transformações que se iniciaram com a chegada das indústrias à cidade.

Discussão:

Trouxe-se para o âmbito desta discussão a entrevista da joseense Maria Aparecida Caruso Campos Mota (Dona Cidinha), de 63 anos, concebida nas cercanias do edifício sede do antigo Sanatório Vila Samaritana (1929 - 1967). O objetivo do relato é de reavivar a memória e identidade de um patrimônio material, sob o aspecto do desenvolvimento da vida urbana no entorno desta edificação sanatorial, em específico, o Sanatório Vila Samaritana e as transformações espaciais ocorridas posteriormente, com a fixação de Multinacionais e Empresas Estatais no município de São José dos Campos a partir das décadas de 1950 e 1960, até o presente momento.



Figura 1: Sanatório Vila Samaritana (déc. 40).

Fonte:

<http://antigavaledoparaiba.blogspot.com.br/2015/01/memorias-fotograficas-de-sao-jose-dos.html>

De acordo com D. Maria Aparecida Mota, seus avós, Thereza Mazella de Castilho, natural de Taubaté e José Castilho, natural de Paraíba, comerciantes que se conheceram e se casaram em São José dos Campos por volta de 1910:

Ela (sua avó) já era uma mulher de comércio, uma mulher esperta, apesar de analfabeta, mas muito esperta. Daí ela já comprou (terrenos) na Rua Paraíba, já começou a construir lá, em quatinhos e ela falou: Vou abrir uma pensão. Assim que ela começou' (Mota, 2015).

Empreendedores, esse casal visionário via, no funcionamento da pensão, um grande negócio, sobretudo num momento em que o projeto sanatorial estava sendo pensado pela administração pública (Zanetti, 2010).

A localização da Rua Paraíba (região central), era uma antiga rota de passagem da cidade. Foi ali que a Família Castilho começou seu empreendimento, abrindo a Pensão Castilho, nos arredores da futura Vila Samaritana.

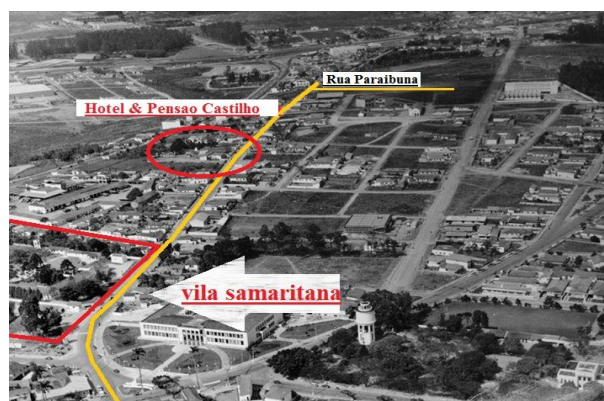


Figura 2: Mapa de Localização da Rua Paraíba E da Pensão Castilho (déc. 1960).

Fonte:

<http://antigavaledoparaiba.blogspot.com.br/2015/01/memorias-fotograficas-de-sao-jose-dos.html>

De acordo com Mota (2015), a pensão visava receber os viajantes (doentes e familiares) que paravam em São José dos Campos, em direção a Campos do Jordão, para tratamento:

Por que Campos do Jordão era longe, não era uma estrada boa, demorava muito para chegar lá.... Então eles já estavam todos assustados porque eram os pais que estavam com tuberculose, era uma tia, era uma avó.... Então todo mundo sabia quem que pegasse a doença ia morrer mesmo! Então ficava todo mundo sofrendo, a família toda! Aí chegava aqui em São José não tinha mais vaga aonde eles tinham que ficar, daí a família deles ficava na pensão da vovó.

"Ela (a avó da depoente) cobrava a "pensãozinha" (diária), cobrava né! Se ficasse uma semana, duas, ela cobrava um dinheirinho. Daí ela fazia a refeição, eles (hóspedes) iam tirar fruta lá na chácara que era atrás (pensão), entendeu! Para relaxar um pouquinho né! Depois que eles (doentes) iam pra Campos do Jordão" (Mota, 2015).

Sobre a assistência aos doentes acometidos pela tuberculose, Mota (2015) assim se referiu sobre a sua avó:

Ela tinha muita coisa de bom né, porque não tinham (os doentes e familiares) onde ficar, onde dormir (...). Ela era quem dava pouso para as pessoas com desespero e também outras pessoas que iam começar a trabalhar nas empresas (na década de 1950).



Figura 3: Família Castilho.

Fonte: Acervo pessoal de Maria Aparecida Campos Mota.

Mota narrou também sobre a relação de sua avó com as autoridades do município (2015):

Ela (sua avó) era muito querida pelo Bevilaqua (advogado e político da cidade), Faustino, Nelson D'Ávila (médico fisiologista), que era na frente do (escritório de) Bevilaqua. Era pessoal importante. Por que não tinha onde você comer, então todo mundo ia lá à pensãozinha dela lá no final de semana, por que não tinha aonde ir.

A pensão da dona Thereza Mazella não existe mais, os seus vizinhos não são os mesmos da década de 1950. O sanatório Vila Samaritano, que deu vida àquele espaço que, contraditoriamente lidava com a morte, dada à pouca expectativa de cura, ainda existe, invisível aos olhos de quem transita pelo seu espaço.

A modernidade, com a constante produção do novo desafia a permanência do passado e de sua memória. Para muitos, neste caminho, a história perdeu a sua aura, tornando-se inútil. O passado perdeu significado no presente, a não ser o de ser testemunho de um passado superado.

Nesse raciocínio, passado e história parecem virar o "antigo", o que sobrou do movimento de recriação continuada da cidade. Sua preservação deve, portanto, seguir critérios exclusivamente estéticos ou aqueles ditados pela racionalidade do mercado, já que a experiência coletiva e pessoal do presente deve ser remetida para o futuro (PAOLI, 1992, p. 25).

Mota (2015) comenta a respeito do desejo de preservação da memória patrimonial em São José dos Campos, tendo seu patrimônio pessoal como base:

Infelizmente não foi preservado nada (...). Eu falei (com os herdeiros) pra que não vendessem (o patrimônio de valor histórico da família), mas como nós éramos três e eu não poderia ficar com os bens (Pensão e outras construções) sozinhos. Então foi vendido tudo, infelizmente. Foi tudo demolido, foi tudo interesse de dinheiro. Meu sonho era que sobrasse o Hotel Castilho (Mota, 2015).

Maria Mota ressaltou sobre a especulação imobiliária na cidade, quando do processo de revitalização do centro da cidade, promoveu a remoção dos moradores da orla do Banhado, importante patrimônio ambiental do município:

(Os políticos) só se preocupavam (com os moradores) se quisessem abrir uma rua, como foi na casa da vovó. Tiraram 65 quartos da vovó, aonde é a Avenida São José. Nisso vovó ficou muito triste. Era muito de políticos, se eles quisessem as terras, iam lá e pegavam (Mota, 2015).

Neste trecho da entrevista Maria Aparecida Mota nos ajuda a reconstituir mentalmente como era a vida no entorno do Sanatório, nos dando o relato de como era a Rua Paraibuna e as avenidas adjacentes:



Figura a: Entorno da Vila Samaritana e a Rua Paraibuna (déc. 40).

Fonte:

<http://antigavaleoparaiba.blogspot.com.br/2015/01/memorias-fotograficas-de-sao-jose-dos.html>

O Terreno da antiga Pensão Castilho atualmente aos lotes nº 475 ao nº 495º da Rua Paraibuna com a Rua Jordão, um espaço grande, onde hoje compreendo o espaço de dois edifícios (Porto Paraíba), um estacionamento, e casas ao redor.

A gente lembra bastante do Sanatório (Vila Samaritana) que estava até ficando bonitinho, grandinho, porque eram muitos doentes né! Mais eram poucas coisas, ruazinhas piquiticas (sic) sabe! A gente só saia pra ir ao desfile de sete de Setembro, que era precioso aqui em São José, uma maravilha... E umas quermesses pequiticas bem por ali perto da Igreja São Benedito, que era só aquela igreja que tinha por enquanto (a matriz). E subir e descer a Rua Quinze (Rua comercial no centro da cidade), só... Aqui do lado (Vila Samaritana) não existia nada não! Nem casa, era bastante mato, na época que eu vim morar com ela (a avó)! Vim morar com ela em 1954/55 (Mota, 2015)

Por meio da coleta de informações sobre as funções que o prédio da Vila Samaritana teve na Cidade após a fase sanatorial, a depoente ressaltou que, por um curto espaço de tempo, ali funcionou o Tiro de Guerra antes de o prédio ser integrado à Fundação Valeparaibana de Ensino, relata Mota (2015):

Era muito famosa (Faculdade de Direito UNIVAP) por que as inquilinas da minha avó do Hotel Castilho e da Pensão Castilho eram estudantes daqui (Largo das Letras)

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. No plano coletivo, esses processos não são tão diferentes dos mecanismos psíquicos ressaltados por Claude Lévi-Strauss: "A linguagem e apenas a vigia da angústia. Mas a linguagem se condena a ser impotente porque organiza o distanciamento daquilo que não pode ser posto à distância. É aí que intervém, com todo o poder, o discurso interior, o compromisso do "não-dito" entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior." A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (Pollak, Michael - Memória, esquecimento, silêncio - 1989, p. 3-15).

Considerações finais

Para encerrar nossa discussão, ressalta-se o paradoxo da política de preservação patrimonial no Brasil. Apesar de existirem os órgãos competentes, responsáveis pela defesa do patrimônio histórico nas esferas nacional, estadual e municipal (IPHAN, CONDEPHAAT, COMPHAC, IPHAN), a política de defesa do nosso patrimônio está subjugada aos interesses imobiliários.

Percebe-se uma postura de apagamento e profundo desinteresse da história e, por conseguinte, de sua memória. O depoimento de Maria Aparecida Mota enfatiza essa questão, a partir da sua vivência como moradora do entorno de um dos patrimônios históricos do município que viu as mudanças dos espaços da cidade, enquanto o seu, congelado e tombado pelo tempo - e não por iniciativa de proteção - sofre uma deterioração física e um mutilamento da memória coletiva.

O apagamento da história foi vivenciado pela depoente, que viu as transformações ocorridas no entorno do prédio da Vila Samaritana, protegido por legislação em esfera municipal, estadual e federal, para dar espaço a nova vida urbana de São José dos Campos. Percebe-se que o desejo



de preservação está ligado aos interesses de um segmento que determina quais as memórias devem ser lembradas e quais devem ser apagadas, silenciando, dessa forma, pessoas e segmentos da sociedade.

Tudo isso nos leva a reconhecer a necessidade de rever a importância da preservação não como uma política cultural, mas sim como uma cultura política que preserve e reconheça o valor de um patrimônio de modo mais abrangente, dando voz e ouvidos também às memórias menos pomposas que também constituem a identidade de um povo. (CHAUÍ, 1995).

Referencias:

CHAUÍ, Marilena. **Política Cultural, Cultura Política**, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1995.

DECLARAÇÃO DE XI'AN SOBRE A CONSERVAÇÃO DO ENTORNO EDIFICADO, SÍTIOS E ÁREAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2005, Xi'an (China), Tradução: ICOMOS/BRASIL, 2006.

PAOLI, Maria Célia. **Memória, História e Cidadania: O direito ao Passado. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo, DPH, 1992.

POLLAK, Michael. **"Memória, Esquecimento, Silêncio"**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro - vol. 2, 1989.

ZANETTI, Valéria (org.). Coleção História & Cidade **Fase Sanatorial de São José dos Campos: Espaço e Doença. Volume IV. São José dos Campos: SJC - UNIVAP**, 2010.

DEPOIMENTO:

MOTA, Maria Aparecida Caruso Campos, 2015.